

A ANTROPOLOGIA CRIMINAL APLICADA À CANUDOS: UMA SOCIOLOGIA POLÍTICA DA CRIMINOLOGIA POSITIVA (1897)¹

**Gustavo Hipolito Giaquinto (OSP/UNESP-Marília)
Wendy Cristina Giroto (UNESP-Marília)**

RESUMO

O presente texto busca abordar as condições sociais que marcaram o processo de criação do artigo “A loucura epidêmica de canudos” (1897) escrito por Nina Rodrigues (1862-1906). Ao colocarmos em questão a estrutura social enquanto condição de existência, poderemos compreender a influência do contexto histórico e social sobre o produto intelectual em questão. Buscaremos apontar as evidências da emergência de novos saberes que virão se estabelecer, e como esta produção está carregada de uma lógica compreendida *hoje* como racista. Contudo, não iremos deter-nos exclusivamente ao aspecto epistemológico do texto, mas buscaremos apresentar dados conjecturais da sociedade brasileira, no que diz respeito à saúde pública, sentimentos e percepções comuns no pós-abolição (1888), além das condições de vida específicas do nordeste brasileiro, permitindo uma compreensão do próprio objeto de pesquisa de Nina Rodrigues (1897), como produto destas condições. Assim, poderemos efetivar uma sociologia que agregue estrutura social e análise do discurso.

Palavras-Chaves: Pensamento Social Brasileiro, Pensamento Médico-Legal, Antropologia Brasileira, Psicopatologia, Sociologia do Conhecimento.

¹ VI Encontro Nacional de Antropologia do Direito. Trabalho apresentado no GT13, Memória: seus limites e possibilidades na intersecção da antropologia com o direito.

O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente, com o auxílio de sua polícia e de sua gendarmaria, o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal. (FANON, F. 1968, p. 30)

Introdução

O pensamento médico ao final do século XIX, no Brasil, teve uma importante e expressiva atuação em disciplinar e definir o que é a sociedade brasileira. É possível identificar, no setor médico, um foro organizado de reflexão da vida social, em que os esforços teóricos deste setor podem ser indicados como uma primeira matriz do pensamento social no Brasil. Antecedendo a formação de diversos campos científicos, dentre eles, a ciências sociais. (ANTUNES, 1998)

Atualmente há relevantes estudos que tomam os escritos de Nina Rodrigues (1862-1906) como parte desta primeira matriz do pensamento social no Brasil. Entre eles, podemos fazer menção dos trabalhos de Mariza Corrêa (1988), Evandro C. P. Duarte (2002), Ana Maria Galdini Raimundo Oda (2003), etc. Este conjunto de produções, cada qual em sua especificidade, buscou trazer possíveis abordagens no que concerne à formação de campos científicos, conceitos, formulação de hipóteses e inserção temática dos registros escritos por Nina Rodrigues.

O presente artigo tem como objetivo problematizar a abordagem de Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906) no artigo “*A loucura epidêmica de Canudos*” (1939 [1897]). Para problematizar devidamente a abordagem operada por Nina Rodrigues (1939 [1897]), é necessário realizar as devidas contextualizações dos conjuntos de mudanças ocorridas no território nacional. Portanto, o discurso mobilizado por Nina Rodrigues (1939 [1897]) foi situado enquanto um problema político e social.

Sociologia do conhecimento e Arqueologia do saber: forjando pontos de contato.

Para a explanação da análise contamos com o apoio teórico metodológico de Mannheim em “*Ideologia e Utopia*” (1952). Mannheim (1952) realiza contundentes apontamentos sobre a formação das análises epistemológica e psicológica das ideias, onde, inicialmente, fora negligenciado o fator social. Compreendendo que as análises

epistemológicas e psicológicas surjam em um momento do declínio da ordem social medieval, e na aurora dos valores burgueses, indica a coerência dos valores liberais com a compreensão individualista da realidade. Ao apontar que a negligência da esfera social obstruiu a compreensão da natureza do pensamento, Mannheim (1952) prima pelo reconhecimento do caráter social do conhecimento para compreensão das ideias de uma época (MANNHEIM, 1952 p. 29). Portanto, ao aproximarmos a esfera social da particularidade de Nina Rodrigues (1939 [1897]) firmamos a nossa perspectiva histórico sociológica, nos afastando de uma abordagem epistemológica ou psicológica do conhecimento.

A compreensão da relação entre teoria social e prática política está subsidiada pela compreensão das práticas discursivas em suas redes enunciativas. Portanto, os conceitos de *formação discursiva* e suas *regras de formação*, postulado por Foucault em “Arqueologia do saber” (2010), serão ferramentas úteis para compreender o modo de organização das ideias expressas por Nina Rodrigues (1939 [1897]). A relação que se estabelece entre os resultados teóricos e a prática instrumentalizada de saberes.

Ao estabelecer relação entre linguística e as ciências sociais tendemos a romper com cisões entre linguagem e sociedade histórica. A análise do discurso redimensiona o objeto discursivo, em suas formas de saber, enquanto práticas disciplinares. Recortaremos os instrumentos científicos (conceitos, pressupostos, objetos, temas, etc.) como meio de interpretação da prática de saberes de controle social do final do século XIX. Aplicando os recortes aos escritos de Nina Rodrigues (1939 [1897]), tornaremos a reposicioná-lo ao nível das suas *condições de existência* (ORLANDI, 1994).

A relação tríplice entre teoria, objeto e prática social apoia-se de forma complexa e mútua permitindo uma pesquisa do pensamento social, da prática científica e da estrutura social. Estas são as condições necessárias para que possamos efetivar uma sociologia do conhecimento que agrega o estudo da estrutura social com a análise do discurso.

Temor e conflito

A mobilização dos movimentos abolicionistas da década de 80 do século XIX, frente ao modelo produtivo escravagista, tensiona a eclosão de conflitos urbanos e rurais com maior veemência. Estudos como o de Maria Helena Machado (1994), dedicado à história social da escravidão, demonstra que mesmo os negros na condição de escravo não deixavam de resistir frente ao poder senhorial, aumentando a apreensão frente ao temor de um conflito étnico ou até mesmo de classe, mesmo que não existisse condição para tal, como pondera Florestan

Fernandes (1965). Portanto, o temor da improdutividade na agricultura e da revolta de escravos e libertos contra os senhores brancos, que tal abolição poderia acarretar, tinha como resposta a importação de mão-de-obra europeia que cumpriria a dupla tarefa de trabalhar e trazer uma cultura de paz pelo branqueamento da sociedade brasileira (HOFBAUER, 2006).

No que tange a especificidade do contexto nordestino, eventos significativos emergem: os primeiros grupos armados – cangaceiros – e a utopia popular de Belo Monte, conhecido por Canudos. Entre os anos de 1877 e 1879², a população do interior do nordeste vinha lutando contra a natureza e a ordem dos laços patriarcais. Neste período emergem as primeiras organizações armadas independentes, conhecidos popularmente como cangaceiros. Em 1893, Belo Monte é erguida pelas mãos do povo sertanejo, sem imposto, sem polícia do governo e com condições de trabalho iguais. Em um quadro pós-abolição, Antônio Conselheiro, que andava pelos sertões pregando a palavra do Senhor, questionando a legitimidade do poder clerical e das posses latifundiárias, agora passa a administrar a nascida cidade possuída de sentimentos comunitários. Belo Monte chamou a atenção das autoridades públicas pela atratividade que possuía. Como consequência, foi difamada, sendo inclusive conhecida por Canudos. Além da difamação, sofreu três ataques militares, sucumbindo na quarta expedição em abril de 1897³. Como se não bastasse o assassinio em massa da população local, Antônio Conselheiro, já falecido por doença dias antes do último confronto, foi desenterrado e teve a cabeça decepada para exames de perícia médica⁴ (CHIAVENATO, 1988).

São eventos que marcam a história e a memória do país. Vale ser colocado que todo o século XIX no Brasil foi atravessado pela preocupação com ordenamento social. Sobretudo no início do século XIX, em que a preocupação primeira decorria da possibilidade da abolição da escravidão. Com o decorrer do século os conflitos étnicos entre escravos/libertos versus

2 “Para que se possa ter uma ideia dessa calamidade, basta lembrar que só no Ceará, cuja população total era de pouco mais de 800 mil habitantes, morreram cerca de 60 mil pessoas de fome, sede e varíola e outras 60 mil tiveram que abandonar a província se deslocando para a Amazônia, onde tinha início o ciclo da borracha. O gado bovino, principal fonte de proteína, foi praticamente dizimado, estimando-se que morreram mais de 600 mil cabeças. O mesmo ocorreu com o gado moído (cabras, ovelhas, etc.) de que se alimentava população pobre. Durante esses dois anos, hordas imensas de flagelados chegavam sem cessar ao litoral, vales e serras férteis onde se podia tentar escapar a morte. Tais locais – como o vale do cariri, no sul do Ceará – evidentemente não estavam preparados sob nenhum aspecto para receber um reforço populacional tão grande”. (DÓRIA, 1981: p. 30-31).

3 Em outubro de 1896 ocorre o primeiro conflito armado. A segunda e terceira expedição ocorreram respectivamente em janeiro de 1897 e março de 1897.

4 O exame foi realizado por Nina Rodrigues. Conferir em: “A loucura das Multidões” [1898], traduzido e publicado em *As Coletividades Anormais* por Arthur Ramos, 1939, p. 89-90.

senhores era um horizonte comum, um componente sensível e temerário que rondava a sociedade colonial, sobretudo, em seu período pré-abolição, como indicado anteriormente⁵.

Ciência a serviço da Saúde Pública

É no Brasil do século XIX que há a emergência de estudos sistemáticos sobre higiene e saúde pública. Os pareceres médicos frente ao poder soberano, após a institucionalização das Faculdades de Medicina no Brasil em 1832, mais precisamente, no Rio de Janeiro e na Bahia, passam a constar a obrigatoriedade da consulta a especialistas médicos por parte do poder jurídico sobre ocorrências cotidianas. Temos aqui indicado que a profissão médica no Brasil passa a cumprir uma missão de governança da vida e controle dos costumes da sociedade. (SANTOS FILHO, 1947)

O século XIX representou uma sequência de reformas de estruturação educacional, científica e urbana, que são intensificadas no Segundo Império. Lycurgo C. de Santos Filho, em seu trabalho *História da Medicina no Brasil* (1947), demonstra que a higiene e a saúde públicas são uma preocupação constante do governo imperial, seja na elaboração de leis e regulamentos no combate a epidemias de febre amarela e cólera; na criação do “Conselho superior de Saúde Pública” (1886) congregando professores da Faculdade do Rio de Janeiro como conselheiros das questões de saneamento e higiene pública; na criação da Junta Central de Higiene Pública que se desdobra em inspetorias de Saúde e Higiene públicas (1881). Além de entre outras ações públicas.

Vemos aqui se delineando a efetivação do controle social pelo discurso da saúde pública. O poder central, que controla a formação dos profissionais médicos, se ramifica pelo corpo social, sendo este um marco da modernização e mudança de paradigmas na forma de controle urbano da sociedade civil brasileira. Emerge, em simultaneidade, a preocupação médica e o requerimento da participação médica por parte de certos setores sociais⁶. Exemplo disso é a “Sociedade de Antropologia Criminal, Psiquiatria e Medicina-Legal” fundada em 26

5 Trabalhos como o de ODA (2006) e Celia Azevedo (1987), nos permitem ter um panorama das relações étnico-raciais e da circulação dos sentimentos comum de temor e necessidade produtiva do final do século XIX.

6 No período Imperial, os atestados médicos possuíam notoriedade de fé pública, os laudos requeridos por parte das autoridades possuíam um estatuto de verdade, assim como atestados que eximem seu portador de certos deveres públicos e eclesiásticos. Neste momento a disciplina de medicina legal ganha espaço, o ensino inicia junto com a fundação das Faculdades de Medicina no Brasil, contudo esta disciplina, em seu aspecto pedagógico, se fazia de modo totalmente teórico até o Império. Agostinho de Souza Lima (1842–1921) no Rio de Janeiro, e Raimundo Nina Rodrigues (1862–1906) na Bahia, inserem em suas respectivas cátedras de medicina-legal o ensino prático, o que garante notoriedade destes catedráticos no meio intelectual. (SANTOS FILHO, 1947, p.325-327)

de outubro de 1895 e compostas por criminalistas catedráticos da Faculdade de Direito de São Paulo. Cujo objetivo seria o estudo das ciências penais amparado pela antropologia criminal, psiquiatria e medicina legal. A nascente criminologia, apesar de não se encontrar em uma condição científica sistematizada, apresentava um campo de pesquisa promissor. (PIMENTEL, 1980, p.232)

Canudos e o Pensamento Social de Nina Rodrigues

O presente discurso analisado vai buscar apresentar as principais concepções acerca da lógica *racialista* contida no escrito: “A loucura epidêmica de Canudos” (1939[1897]). Vale ser enfatizado que a “A loucura das multidões” (1939[1898]) é um artigo de grande importância que dá continuidade aos desdobramentos teóricos contidos na “A loucura epidêmica de Canudos” (1939[1897]).

Para a compreensão discursiva é necessário estar a par do tempo dos artigos. O artigo de 1897 foi publicado em novembro na *Revista Brasileira* (ano III tomo XII)⁷, porém, escrito durante a última expedição em que Canudos ruiu. No entanto, o artigo de 1898 foi publicado e escrito após a ruína de Canudos, tendo Nina Rodrigues acesso ao crânio de Antônio Conselheiro para aplicação técnica da craniometria.

No que se refere à densidade teórica, é expressivamente mais significativa o escrito “A loucura das multidões” (1939[1898]). Contudo, colocaremos em foco o artigo “A loucura epidêmica de Canudos”, enfatizando as categorias: *jagunço* e *epidemia*. Essas categorias carregam a compreensão de Nina Rodrigues (1897), a respeito de um “simples louco” como Antônio Conselheiro e os jagunços do sertão nordestino.

“A loucura epidêmica de Canudos” (1939[1897]) passa por uma narrativa histórica e biográfica da vida de Antônio Maciel (antes de ser reconhecido por Antônio Conselheiro), nos termos da psicopatologia. A narrativa biográfica está dividida em três estados mentais, ou três fases estruturantes para de uma progressiva psicose: o *primeira fase* é constituído até a sua internação na Bahia. Nesta primeira fase, uma série de ocorridos são indicados como evidências dos primeiros esboços da organização do delírio crônico sob a forma do delírio de perseguição, nestas evidências estão implicados surtos episódicos de agressão a familiares e repetidas mudanças de região⁸; a *segunda fase*, caracterizada por uma maior intensidade de

7 Sendo republicado por Arthur Ramos em 1939.

8 Em 1859 mudou-se de Quixeramobim, cidade do Estado do Ceará, para Sobral passando por Campo Grande, Ipu, Crato adentrando nos sertões da Bahia.

atritos familiares, em que consistia uma fase inicial de loucura hipocondríaca. Acometido de delírios crônicos e alucinações, Antônio Maciel encontra no batismo, após penetrar nos sertões da Bahia (1876), o início da sua carreira de missionário e se dedica ao ascetismo cristão, revelando uma “coerência lógica do delírio na transformação da personalidade”⁹; a *terceira fase* é caracterizada pelo desdobramento do delírio religioso após sua libertação¹⁰.

“Veio ele desdobrar o delírio religioso do alienado, salientando o fundo de perseguição que, o tendo acompanhado sempre, como é de regra na sua psicose, como reação contra os maçons e outros inimigos da religião, por essa ocasião melhor se concretizou na reação contra a nova forma de governo em que não podia ver senão um feito dos seus naturais adversários. As grandes reformas promulgadas pela república nascente, tais como separação da Igreja do Estado, secularização dos cemitérios, casamento civil, etc, estavam talhadas de molde a justificar essa identificação.” (NINA RODRIGUES, 1939 [1897], p.45)

Segundo Nina Rodrigues, há uma adequação do delírio de Antônio Conselheiro junto à convivência com os jagunços (sendo este o elemento passivo que sofre influência de sua loucura) fornecendo certa coerência ao estado psicótico. As manifestações epidêmicas da loucura necessariamente devem passar por três momentos básicos,¹¹ *grosso modo* são: 1º A existência de um elemento ativo delirante, que necessariamente se impõe. A imposição delirante produz um efeito na multidão que reage coordenando o estado de loucura. 2º convivência prolongada entre o espírito delirante e normal. 3º o “contágio” se efetiva em fatos ocorridos em temores do passado e esperanças futuras comuns.

Em canudos representa de elemento passivo o jagunço que corrigindo a loucura mística de Antônio Conselheiro e dando-lhe umas tinturas das questões políticas e sociais do momento, criou, tornou plausível e deu objeto ao conteúdo do delírio, tornando-o capaz de fazer vibrar a nota étnica dos instintos guerreiros, atávicos, mas extintos ou apenas sofreados no meio social híbrido dos nossos sertões, de que o louco como os contagiados são fiéis e legítimas criações. Ali se achavam de fato, admiravelmente realizadas, todas as condições para uma constituição epidêmica de loucura. (NINA RODRIGUES, 1939 [1897], p.45)

9 Antônio Maciel passa a se reconhecer enquanto Antônio Conselheiro.

10 Antônio Conselheiro é acusado, preso e investigado de cometer crimes no Estado do Ceará. Os resultados das investigações dão Antônio Conselheiro como não criminoso.

11 Sobre as leis que regem a manifestação epidêmica da loucura, Nina Rodrigues se pauta em Lasègue e Falret.

Vale atentar para a observação que se seguiu na citação anterior, em especial ao termo “atávico”¹². O conceito de atavismo é norteador para a compreensão de humanidade operada pelo médico-antropólogo. O atavismo não se apresenta enquanto doença, mas como *propriedades* do ser. Sendo esta propriedade o que constitui a etnia de uma população, não sendo passível de um tratamento de cura, mas de atenuar, quando convém, estes instintos por dispositivos eugênicos ou por instituições que possam garantir a ordem social. Contudo, apesar deste assunto ser de grande relevância, não pretendemos nos alongar mais sobre este ponto. Mas o que se coloca é a “qualidade atávica do mestiço”, que emerge nas condições de guerra. O que se supõe é um instinto belicoso herdeiro de uma tradição conflituosa em que a violência é sua natureza.

Agora, gostaria de colocar em pauta duas categorias ainda não citadas no corpo deste texto. A primeira seria a noção de *fetichê* e a outra a noção de *sugestão*. A noção de *fetichê* foi muito usada no texto “*A loucura epidêmica de Canudos*” de 1897, enquanto a noção de *sugestão* mal aparece. Colocamos a noção de *sugestão* em evidência, para que possamos melhor entender o que está sendo compreendido por *epidemia* nesta psicologia coletiva do final do século XIX, por esse motivo acreditamos ser válido recorrer ao texto “*A loucura das multidões*” de 1898. Começamos pela noção de *fetichê* contida em Nina Rodrigues (1897).

O *fetichê*, ou fetichismo religioso, é uma categoria primordial para o entendimento do processo lógico operado por Nina Rodrigues (1897):

Decorrem desta concepção crenças populares que se transformam em obstáculos insuperáveis à aplicação regular das medidas sanitárias profiláticas. A população de cor despreza a vacina porque está convicta de que o melhor meio de abrandar a cólera do orixá é fazer-lhe sacrifícios que consistem em lançar nos acantos das ruas em que ele habita a sua iguaria favorita – milho estalado em azeite de dendê. (NINA RODRIGUES, 1939 [1897], p.53)

Esta posição nos remete a uma observação efetuada por Levi-Strauss (1989), que nos vem mais como uma indicação metodológica, de um erro comum da antropologia clássica em

12 Para quem não está familiarizado com a literatura da época, para além dos clássicos instituídos nos cursos de ciências sociais, o conceito de *atavismo* fora bastante disputado nos estudos de psicopatologia. Vale fazer menção aos trabalhos escritos por Nina Rodrigues, *Atavismo psíquico e paranoia* (1902) e *A paranoia nos negros: estudo clínico e médico-legal* (1903).

posicionar o conhecimento mágico e seus rituais em uma relação evolutiva ao conhecimento científico moderno, no qual, a magia acaba por se apresentar como “a infância” e a ciência moderna a “maturidade” do pensamento.

Para Nina Rodrigues (1897), independente da crença da população ser de matriz africana ou cristã, o que está em questão são os “jagunços” em seus retardos evolutivos. O que está posto é a não adequação ocidental, por parte da população sertaneja, da religião cristã, tida no texto como a religião mais avançada dentro do processo evolutivo social. O que ocorre, segundo Nina Rodrigues (1897), é que a população sertaneja adequa o cristianismo as suas “capacidade” cognitivas, obtendo um produto fanático da religiosidade. Esta forma de encarar as relações religiosas suprimem a possibilidade de uma compreensão não-etnocêntrica das fusões ocorridas, reduzidas a uma “imaturidade” étnica. Pressupõe-se, segundo Nina Rodrigues (1897), um espírito “infantil e inculto” cuja crença de uma população, supostamente de puro fetichismo, acaba por possuir força na orientação de suas condutas cotidianas.

Até aqui, a categoria fetichismo, foi usada para formar as bases para enunciar: “Alimento a suposição de ter demonstrado com fatos que a população brasileira como é puramente fetichista ainda mesma na afirmação das suas crenças católicas” (NINA RODRIGUES, 1939 [1897], p.54). Assim, esse aspecto fetichista se alinha ao nível de *multidões*. Para a compreensão deste processo, o uso da categoria *sugestão* toma peso para que se possa efetivar uma análise psicológica da coletividade de canudos. Tal categoria é usada na compreensão da associação psicológica entre Antônio Conselheiro (elemento ativo da loucura) e a população sertaneja (NINA RODRIGUES, 1939 [1897]). Amparado pela literatura de pensamento europeu, Nina Rodrigues (1939 [1898]) entra no debate com os grandes teóricos sobre o tema e enuncia que a constituição de uma *multidão* passa necessariamente pelo contágio mental de ideias por *sugestão* coletiva.¹³

A *sugestão* é compreendida como fator associativo cujo qual necessariamente transmite um conteúdo (não sendo exclusivamente violento). O *estado de multidão* não libera a condição atávica do ser, mas tornam intempestivas as emoções. O que se coloca é precisar o limite do louco enquanto minoria junto a movimentos populares, onde *estados transitórios de loucura* são formados, a partir das intensidades emocionais. (NINA RODRIGUES, 1939

13 Nina Rodrigues (1898) está amparado pelas pesquisas de Gustavo Le Bon em *Psychologie des foules*. Paris, 1896 e Scipio Sighele, *La Folla delinquente*. Torino, 1895. G. Sergi. *Psicosi epidemiche*, 1898. Tarde, *Les crimes des foules*, 1872.

[1898], p. 65-71) A loucura de Antônio Conselheiro, contagia os “predispostos”, emociona seus fiéis, e agrega o substrato de uma sociedade.

Conclusão

Para Nina Rodrigues (1897), o Jagunço é um produto etnológico particular dos sertões nordestinos, sendo este o mestiço específico do sertão que manteve aspectos da virilidade da ascendência silvestre, seja indígena e/ou negra. O caráter indomável e o gosto da vida nômade do índio são caracteres presentes no Jagunço; o instinto guerreiro foi o que mais se afinou às convicções monárquicas de Antônio Conselheiro. Nina Rodrigues (1897) faz o seguinte diagnóstico: “A população sertaneja é e será monarquista por muito tempo” (NINA RODRIGUES, 1939 [1897], p.51).

Ora, a constatação nada mais advém do paralelo evolucionista de história política para com a evolução social. A linearidade de Nina Rodrigues (1897) funde a história política à das fusões étnicas. Suprimindo a complexidade das relações históricas e religiosas, suprimindo as condições de vida no enaltecimento da essência primitiva étnica, Belo Monte deixa de ser um movimento histórico-social para se tornar uma insurreição fetichista religiosa.

Pode-se verificar que a produção de conhecimento, para ser compreendida, é preciso posicionar o discurso ao seu contexto. Este estudo nos permitiu compreender a intrínseca relação entre: a estrutura social da nascida República (1889), em seus aspectos da saúde e segurança, e as ferramentas conceituais de produção teórica da sociedade brasileira operadas pelo médico-antropólogo.

O caso estudado por Nina Rodrigues (1939 [1897;1898]) não é abordado exclusivamente em seus aspectos fisiológicos, há considerações dos fatores sociais. Contudo, os trabalhos de Nina Rodrigues (1939 [1897;1898]) buscam demonstrar o caráter antissocial de uma população étnica acometida por uma doença, sendo o meio social a produção do *conteúdo* delirante. Acaba por ressaltar o negro e o indígena enquanto seres dotados de racionalidade e fecunda inteligência, mas limitados perante o branco. Afasta assim, a ideia do atavismo enquanto causa, e o aloca, enquanto fator. Contudo, o fator biológico, suprime o fator social diante do postulado da degenerescência do negro e o do indígena.

A prática de análise clínica em que Nina Rodrigues está amparado, confunde os domínios do biológico e do comportamento social. As consequências desta lógica o conduzem a tomar a população sertaneja em parâmetros de anormalidade social, chegando a uma conclusão de degenerescência social e étnica. A aposta em um erro de percepção, embebido

de uma medicina fisiológica, cujo qual confunde aspectos físicos que não possuem correspondência alguma ao comportamento e a constituição da mente humana. O que nos dá maior evidência em concluir que o método é pautado em superstições e princípios lógicos racialistas. Para finalizar, vemos a *emergência* de uma “criminologia científica” na medida em que métodos, práticas de pesquisas e conceitos tradicionais às superfícies das projeções científicas da biologia, sociologia e psicologia se entrecruzam dentro de uma temática comum, as condutas antissociais.

Referências:

Azevedo, Celia M. M.de. *Onda Negra e Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Corrêa, M. *As ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP:EDUSF, 1988.

Chiavenato, J. J. *As lutas do povo brasileiro: do descobrimento a Canudos*. São Paulo: Moderna, 1988.

Dória, C. A. *O cangaço*. ed. Brasiliense, 1981.

Duarte, E. C. P. *Criminologia & racismo: introdução à criminologia brasileira*. Curitiba: Juruá, 2002.

Fernandes, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Dominus Editora, Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1965.

Franz Fanon. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira S.A., 1968.

Foucault, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves – 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

Hofbauer, A. *Uma história de branqueamento ou O negro em questão*. São. Paulo: Editora Unesp, 2006.

Antunes J. L. F. *Medicina, Leis e Moral: Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*, São Paulo, SP, 1998.

Levi-Strauss, C. *O Pensamento Selvagem*. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

Machado, M. H. *O Plano e Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. Editora UFRJ/Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

Mannheim, K. *Ideologia e Utopia: Introdução à sociologia do conhecimento*. Tradução de Emilio Willems – 2ª ed. Rio Grande do Sul: Livraria do Globo, 1952.

Nina-Rodrigues, R. In: *As coletividades anormais* (organização, prefácio e notas de Artur Ramos), Rio de Janeiro, 1939.

_____. (1902) “**Atavismo psíquico e paranoia**”. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 766-789, dezembro 2009

_____. (1903). “**A paranoia nos negros: estudo clínico e médico-legal**”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 161-178, jun. 2004 (parte 1); v. 7, n. 3, p. 131-158, set. 2004 (parte 2); v. 7, n. 4, p. 217-239, dez. 2004 (parte 3). Disponível em: <<http://www.fundamentalpsychopathology.org/art/jun4/paranoia.pdf>>.

Oda, A. A. I. *A Guerra das Raças: Estudo do pensamento social brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Coordenadoria de Pós-Graduação, Universidade Estadual Paulista – UNESP. Marília, SP, 2006.

Oda, A. M. G. R. *Alienação Mental e Raça: A psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues*. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) Coordenadoria de Pós-graduação, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, SP, 2003.

Orlandi, E. P. *Discurso, Imaginário social e Conhecimento*. Brasília: Em aberto, ano 14, n.61, jan./mar. 1994

Pimentel, M. P. “**Breves notas para uma história da criminologia no Brasil**”. *Revista Faculdade de Direito UFG*. v.4 n.2 p.231-240, jul/dez. 1980.

Santos Filho, L. *História da Medicina no Brasil: Do século XVI ao século XIX*. São Paulo: Brasiliense LTDA, 1947.